

Migração e violência: O 'baiano' na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo¹

Maria Cristina Dadalto

Professora da Ufes

Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Professora da Ufes

Este artigo discute, a partir do processo de industrialização realizado no Espírito Santo, a constituição da metáfora do "baiano", tomada como indício da violência criminalizada do estrangeiro na sociedade capixaba, principalmente do imigrante nordestino. Propõe-se aqui um estudo específico sobre migrantes residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A problemática apresentada considera que as questões de identidade associadas a esse grupo constituem uma geografia de significados referenciada nessa cidade e materializada na metáfora. E se analisam questões relacionadas à construção social do crime e da sujeição criminal de um imaginário dividido entre o "bom" e o "mau" migrante.

Palavras-chave: violência criminalizada, baianos, estrangeiro, migrantes, sujeição criminal

Based on the process of industrialization that occurred in Espírito Santo state, the article **Migration and Violence: The 'Bahian' in the Construction of Criminal Subjection in the RMGV of Espírito Santo** discusses the constitution of the metaphor of the "Bahian", used to indicate the criminalized violence of people foreign to the state, especially those from the northeast of Brazil. It proposes a specific study on migrants living in the Metropolitan Region of Greater Vitória (RMGV). In this regard, the critique presented considers that matters of identity associated to this group constitute a referenced geography of meanings in this city and materialized in the metaphor. I therefore analyze issues related to the social construction of crime and criminal subjection of a geographical notion split between the "good" and "bad" migrant.

Keywords: criminalized violence, Bahians, foreigner, migrants, criminal subjection

É preciso dizer que a mobilidade sobremoderna corresponde muito largamente à ideologia do sistema da globalização, uma ideologia da aparência, da evidência e do presente que está pronta para recuperar todos os que tentam analisá-la ou criticá-la (AUGÈ, 2010, p.16).

Recebido em: 28/05/2012

Aprovado em: 14/01/2013

A proposta deste trabalho é discutir, a partir do processo de industrialização em curso no estado do Espírito Santo, a construção social da criminalização e da sujeição criminal condensada na metáfora do "baiano". Ela constitui um "achado" de pesquisa, tomado como indício do processo de construção da violência criminalizada na figura do estrangeiro na sociedade capixaba, particularmente do imigrante nordestino. Propomos um estudo sobre migrantes residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), tendo como pano de fundo a problemática da sobredeterminação (AUGÈ, 2010), que nos permite considerar as identidades associadas a esse grupo em uma geografia de significados referenciada em Vitória. Nosso foco é apontar questões relacionadas à construção social do crime e da "sujeição criminal" (MISSE, 2011) em um imaginário geográfico dividido entre o "bom" e o "mau" migrante.

1 Este artigo é resultante de pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes).

Migrações regionais, transformações espaço-temporais e violência criminalizada

A história é marcada pela constante mobilidade populacional, impedindo-nos, inclusive, de inventariar, para uma época específica, vetor ou padrão único desse fluxo. De modo que, como destaca Augè (2010), a intensidade desse fenômeno dilatou fronteiras territoriais, étnicas, religiosas, entre outras, construindo uma trama exprimida em movimentos nos quais superabundam causas, implicando na sobredeterminação dos efeitos e se experimentando uma mobilidade sobremoderna.

A história do Brasil também é caracterizada pelo processo imigratório internacional e migratório nacional, acentuados a partir do segundo quartel do século XIX. No entanto, especificamente a partir da década de 1930, conferiu-se no país uma sequência constante de mobilidade populacional intra e inter-regional. Em princípio, esse fluxo tinha como tendência o deslocamento para explorar as fronteiras agrícolas e as grandes capitais do Sudeste, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo. Mais recentemente, constata-se alteração nessa dinâmica migratória, conforme demonstram os dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas últimas décadas.

A importância desse movimento migratório foi de tal monta que, entre os anos de 1920 e 2010, teve lugar uma transformação extrema na paisagem urbana do país – o Censo da década de 1920 indicava uma concentração de 90% da população brasileira em áreas rurais; já o de 2010 revelou que mais de 80% dos habitantes do país residem nas áreas urbanas. O resultado apresenta-se por meio de benefícios e problemas de ordens diversas, com repercussões nas políticas públicas das várias instâncias governamentais em níveis municipal, estadual e federal.

O processo de integração e de adensamento populacional do Espírito Santo ocorre com a instalação das grandes plantas de indústria, então denominadas “grandes projetos industriais”, na região da Grande Vitória. De modo tal que, até os anos de 1950, 78,2% da população residia em área rural, e em 2009 o grau de urbanização da população capixaba atingiu o índice de 82,6% (IJSN, 2011).

Essas indústrias foram estabelecidas como estratégia política governamental, arquitetada nos anos de 1970, objetivando romper com a dependência da economia cafeeira e com a estagnação econômica na qual se encontrava o estado. O plano foi desenvolvido sob a égide da política nacional e viabilizado pela conjugação do capital estrangeiro com o capital estatal, tendo como foco a exportação. O tripé de sua sustentação eram os complexos industriais dos setores siderúrgico, paraquímico e portuário. Também o estabelecimento da empresa Aracruz Celulose (atual Fibria) fez parte do estratagema político.

O impacto da implantação dessas plantas industriais foi de uma intensidade tão profunda que a transformação econômica realizada – seja com processos de substituição de importações ou de diversificação de exportações, seja com a introdução dos grandes projetos de impacto – concentrou o crescimento urbano majoritariamente na RMGV, configurando, a partir de então, uma mudança estrutural no estado.

Segundo Fortunato (2011), a década de 1970 representou um marco na aceleração do processo de urbanização daquela área. E uma das consequências da transformação sobrevinda com a industrialização foi o incremento do fluxo migratório direcionado a ela, sobretudo com a vinda de trabalhadores de outras regiões do país. Esse processo promoveu, nos últimos 60 anos, um aumento populacional de um milhão para 3,5 milhões de habitantes, representando crescimento médio de 2,1% ao ano (IJSN, 2011). De maneira que o conjunto dos municípios componentes da RMGV² passou a concentrar, a partir dos anos 1970 e de forma escalonada, quase a metade da população do estado. Senão vejamos: nos anos de 1970, a Região Metropolitana era responsável por 24,1% da população estadual; na década de 1980, por 34,9% e, atualmente, por 47,5% dos residentes. Destaca-se que a continuidade dessa tendência concentradora se mantém até os dias atuais.

Para Faria (1991), o modelo de urbanização industrial do Brasil se constituiu de forma complexa e intrigante. Isso porque, diferentemente do ocorrido no cenário externo, esse processo deu-se por meio de uma dupla característica: de um lado, grandes concentrações populacionais em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades; de outro, crescimento da população urbana em cidades de diferentes tamanhos. Como resultado, desenvolveu-se um sistema urbano dinâmico e integrado sob o comando funcional das áreas metropolitanas regionais do Rio de Janeiro e São Paulo.

2 Formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória, Viana, Fundão e Guarapari.

Em consequência, aponta Faria, estruturou-se uma sociedade urbana profundamente desigual, na qual há importantes contingentes engajados nos setores produtivos mais modernos e dinâmicos e uma massa de subempregados pobres. Nas cidades, por sua vez, quanto mais complexa a estrutura ocupacional e social, maior a segregação espacial e mais generalizada a presença de periferias. Observa-se que esse processo ocorre a partir de um grande deslocamento populacional, refletindo-se nas formas de organização política na cidade, uma vez que a experiência urbana dos migrantes se apresenta por meio da organização da sociabilidade, seja de modo difuso ou nas modalidades novas e antigas das relações de solidariedade, de enraizamento, de preconceito, dentre outras.

De acordo com Baeninger (2008), os processos migratórios recentes no Brasil culminam na configuração de novo contexto socioeconômico e urbano, conformando a inscrição de uma nova condição migratória no país. Ordenação, por sua vez, marcada por espaços de migração que se distinguem por serem, simultânea ou independentemente, áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

Entre os fatores a influenciar essas mudanças nos movimentos migratórios, distinguem-se, em nível nacional, o esgotamento das fronteiras agrícolas e a alteração das atividades econômicas, em peculiar as industriais. Assim, o Espírito Santo sobressai entre os 14 estados da União que registraram trocas migratórias positivas entre os anos de 1981-1991. Além dele, Baeninger ressalta os estados de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Acre, Sergipe e Goiás.

Importante notar que, na análise da autora, corrobora-se a tendência de reversibilidade nos fluxos migratórios – que diz respeito tanto às áreas de origem como às de destino – o que, por sua vez, impõe a necessidade de utilizar uma base explicativa diferente da empregada até o final do século XX. Nesse processo, o Espírito Santo se consolidou como uma área de retenção migratória regional, juntamente com Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Segundo dados de Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, a concentração, no Espírito Santo, de residentes não naturais do estado é de 45,7%, o que representa um índice 5,6 pontos percentuais superior à média do Brasil (40,1%). Apresenta-se, dessa maneira, comparativamente em termos nacionais, em nono lugar.

Estudos desenvolvidos por Justo e Silveira Neto (2008) analisando a migração interestadual brasileira no período de 1980-2000 apontam que nessa época há no Espírito Santo uma alteração na relação emissão-recepção de migrantes. Esse fenômeno tem início no último quinquênio do século XX, fase em que o estado passa de emissor líquido de migrantes, nos primeiros anos do período demarcado pelo estudo, para receptor líquido nos últimos cinco anos.

O fenômeno migratório regional no estado foi fundado no século XIX por meio do ingresso de mineiros, fluminenses, cearenses e, posteriormente, a partir de meados do XX, composto ainda por baianos, paulistas, sulistas, entre outros. Mas também registrou o ingresso de um grande percentual de imigrantes internacionais – em termos da média populacional do estado à época – sobretudo de italianos, alemães, poloneses, pomeranos, suíços, austríacos, bem como de árabes; mais tarde, de japoneses, coreanos, chineses.

De acordo com os Censos realizados pelo IBGE em 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940, o estado registrou os maiores índices anuais de crescimento médio da população brasileira entre as unidades cafeeiras. O levantamento de 1940 revela, ainda, que, nesse período, mais de 14% da população havia nascido em outros estados da federação. Entrementes, nos anos de 1960 tem início um novo ciclo, dessa vez emigratório – resultado, em termos socioeconômicos, do Programa de Erradicação do Café, implementado pelo governo federal.

Essas informações dão uma dimensão do movimento populacional no estado, que, historicamente, atuou proativamente com vistas a incentivar a entrada e a fixação de migrantes nacionais e estrangeiros em seu território (DADALTO, 2007). Contudo, uma análise da dinâmica desse processo demonstra como ele ocorre por meio de ciclos relacionados à questão do desenvolvimento socioeconômico, e, portanto, relacionados à oferta de postos de trabalho.

Um desses ciclos, na história capixaba recente, está relacionado à execução do Programa de Erradicação do Café. Efetuado em duas etapas – a primeira, nos anos de 1962-1965, e a segunda, iniciada em 1966 –, causou um violento impacto socioeconômico com a liberação de 50% da área cafeeira total do Espírito Santo, repercutindo em um agudo fluxo emigratório nos anos subsequentes.

Levantamentos da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo (1979) indicam que, naquela época, a erradicação indiscriminada provocou o êxodo, de uma única vez, de 150 mil pessoas, fato que ensejou um intenso esvaziamento da zona rural e o aumento das populações urbanas. Becker (1970) avalia que, desse total, cerca de 50% migraram para o Rio de Janeiro e para o Paraná.

A reversão dessa dinâmica, revelada em pesquisa publicada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), tem início nos anos de 1990 e se consolida na década seguinte, com o aumento do fluxo de migrantes nacionais. Entretanto, além dos migrantes internos, desde a implantação das grandes plantas industriais na região da Grande Vitória, mantém-se o assentamento de estrangeiros, até mesmo de outros grupos étnicos não participantes da primeira imigração em massa no século XIX, a exemplo de japoneses e chineses.

De acordo com esses estudos, promovidos pelo IJSN, a convergência dos investimentos para a RMGV patrocinou um processo acentuado de concentração do produto e da renda gerados no Espírito Santo. Isto porque, destaca Fortunado (2011), a implantação dos grandes projetos também fomentou alterações significativas nas relações de trabalho, intensificando o assalariamento em caráter permanente e temporário.

De maneira que, como assegura Fortunato, a presença dos “grandes projetos” dinamizou, por um lado, o mercado de trabalho, mas por outro, inseriu uma nova lógica laboral e de acumulação capitalista, o que gera efeitos diversos e importantes na análise do processo da industrialização do Espírito Santo em seus diferentes ciclos.

Considera-se, nessa direção, que a centralidade da RMGV – responsável por cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado (IJSN,2011) – é resultado inevitável da contínua absorção de migrantes vindos de várias regiões do próprio, do país e do exterior, estes em menor grau. Assim, o contexto sociocultural, histórico e econômico de transformação e desenvolvimento da RMGV explicita as razões do fenômeno migratório e das sobre-determinações presentes na contemporaneidade.

Em um diálogo com Augè, podemos destacar que uma dessas sobredeterminações, no Espírito Santo, é a criminalização severa de alguns tipos de delitos, que se colocam como um dos efeitos do aumento de conflitos relacionados ao crescimento populacional e ao convívio entre diferentes. Destacamos, neste artigo, o processo de incriminação, tal como entende Misse (2011), em nosso caso associado aos imigrantes nordestinos condensados na metáfora estigmatizante do “baiano”, espontaneamente mobilizada nas entrevistas realizadas no município de Serra, na RMGV, como veremos.

A capital do estado, Vitória, emerge nessa contextura como centro metropolitano em um processo de urbanização acelerada, estendendo filamentos transformadores da paisagem urbana bem como alteradores das representações do espaço que se estendem para além de sua área geográfica, abarcando os demais municípios da RMGV. Villaschi (2012) observa que a cidade possui uma configuração populacional ímpar em termos de caracterização de uma área metropolitana, se comparada a outras regiões do país. Isso porque ela detinha, no Censo de 1991, menos habitantes do que os municípios de Cariacica e Vila Velha, posição que variou muito pouco nos últimos anos e na qual a capital ganha em número de habitantes, no tempo presente, apenas do município de Viana. Esse processo ocorre ampliando a diferenciação espacial e social da cidade, provocando novos interstícios no tecido social ao mesmo tempo que se promove uma disjunção na escala da atividade humana e um descentramento dos lugares nos quais têm lugar as atividades sociais, econômicas e culturais (AUGÈ, 2010).

Fatos que se organizaram como instrumentos propulsores do rápido alargamento da periferia da RMGV, que, sem infraestrutura ou condições mínimas de habitação, passou a abrigar considerável parcela da população, especialmente aquela de renda mais baixa. A periferia – que nesse caso específico contrapõe-se à representação de centro – adquire, então, um sentido que ultrapassa o significado geográfico, e também passa a ser percebida no sentido político e social.

Podemos formular indagações sobre esse processo traduzidas nas seguintes perguntas: quem são os milhares de migrantes que se assentam na RMGV? Onde se localizam, no centro ou na periferia? A origem regional influencia no processo de estigmatização e criminalização desses sujeitos? A nosso ver, as respostas a esses questionamentos poderão esclarecer pontos nodais no cenário atual do Espírito Santo.

Pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, publicada no jornal *A Tribuna* em 22 de abril de 2009, mostra que, de cada 100 moradores da Grande Vitória, 20 nasceram em outros estados da federação, em especial Minas Gerais e Bahia. Segundo esse levantamento, dos cidadãos nascidos em outros estados, os mineiros são maioria e correspondem a mais de 12% dos migrantes, seguidos de baianos (8,1%), cariocas (3,6%) e paulistas (2,2%). Contudo, há também paranaenses (0,6%), cearenses (0,5%), alagoanos (0,3%), amapaenses (0,2%), rondonenses (0,2%) e sergipanos (0,2%).

A série descritiva demonstra que em 2007 os capixabas natos representavam aproximadamente 83% da população, e em 2009, 78%. Contudo, além desse número de migrantes nacionais, residem na RMGV imigrantes europeus, japoneses, chineses, coreanos, entre outros. Grande parte desse fluxo migratório nacional e internacional está relacionada ao processo de desenvolvimento das empresas que conformam, direta ou indiretamente, as plantas industriais daquela região.

No movimento desse processo, grande parte dos migrantes nacionais passa a residir nos bairros da periferia, sobretudo os nordestinos de baixa renda, metaforicamente denominados “baianos” pela população nativa – que, em geral, não distingue entre os migrantes de diferentes regiões do Nordeste. Assim, a partir desses dados, podemos inferir que temos no cenário atual da RMGV uma camada de efeitos sobredeterminados, exigindo uma explicação para além do viés econômico.

Afigura-se, a nosso ver, uma complexa trama de sobredeterminações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas a demandarem uma compreensão desse fenômeno no campo do simbólico (imaginário). Propõe-se, nessa direção, uma análise específica sobre a discriminação vivenciada por migrantes nordestinos residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória, mais especificamente aqueles de baixa renda da cidade de Serra, genericamente denominados “baianos”.

O 'baiano' como categoria estigmatizada na construção da sujeição criminal

A problemática apresentada neste trabalho considera haver questões de identidade produzidas sobre os diferentes grupos migrantes, constituindo uma geografia de significados e de legitimidade referenciada na região em estudo. Esses significados estão materializados por categorias como baianos, mineiros, italianos, japoneses, entre outras.

Contudo, este estudo visa especificamente àqueles metaforicamente denominados de baianos, dado o alto nível de discriminação verificado na pesquisa. Investigamos, portanto, questões relacionadas à construção social de um imaginário geográfico dividido entre o “bom” ou o “indesejado” migrante residente em diferentes bairros ou em diferentes partes do bairro Feu Rosa, no município de Serra. Um dos fatores a contribuir para a constituição desse imaginário está relacionado ao alto índice de homicídios juvenis verificado nessa cidade, mas esse tema não se constitui como objeto de reflexão deste artigo, já que extrapolaria seus objetivos³.

Nesse imaginário se institucionalizam o caráter identitário e as relações sociais encetadas com esses migrantes, possibilitando, desse modo, uma ressignificação do sentido de estar e permanecer na cidade. Busca-se, para tal análise, a compreensão desse processo a partir da construção das dinâmicas de sociabilidade resultantes do processo de industrialização, migração e de urbanização, tendo como base o diagnóstico realizado no bairro citado.

A análise em curso tem como referência teórica os estudos de Nobert Elias (2000), com vistas a entender a dimensão do outro nas relações estabelecidas grupal e intergrupalmente. Utiliza-se, também, a perspectiva de Castoriadis (1982) para compreensão da construção social do imaginário sobre os migrantes ao se buscar correlacionar o cotidiano instituído na conduta dos indivíduos e o significado cultural produzido.

Com inspiração na análise sociológica produzida por Elias acerca das relações de poder, busca-se entender a dimensão do outro nas relações de grupo e intergrupais, identificadas entre moradores, mídia e agentes do poder público e estabelecidas no âmbito das relações sociais do bairro. Nessas relações, compreende-se o estabelecido como aquele

3 O município de Serra é um dos que concentra maior índice de violência do país desde o início dos anos 2000, motivo pelo qual, inclusive, a pesquisa base deste paper foi realizada.

que pertence a “um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, detentor, portanto, de uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (ELIAS, 2000, p. 7). Já o estrangeiro – designado como *outsider* – é aquele não membro, o que está fora dessa “boa sociedade”. Elias utiliza a terminologia *outsider* para realizar uma análise empírica.

O estrangeiro, o estranho ou o *outsider* se manifesta e se dissemina no discurso da sociedade, da mídia e dos agentes políticos. Nesse sentido, Castoriadis (1982) aprofunda que a linguagem não se reduz ao *legein* (a dimensão identitária do representar/dizer social), mas é impossível sem este. Considera que “instituição social histórica em que e porque se manifesta é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um magma de significações, as significações imaginárias sociais” (CASTORIADIS, 1982, p. 277).

Nessa acepção, constitui-se o imaginário social como criação de significações e de imagens ou figuras a lhe servirem de suporte. No caso do nosso estudo, esse imaginário é representado pela metáfora do “baiano” e entendido aqui como sintoma de um olhar excludente, de rejeição. Podemos até aprofundar: trata-se de um indício do mal-estar lançado ao estrangeiro nordestino e revelado na metáfora.

Estudos produzidos por Guimarães (2012) apontam para a necessidade de analisar essa atitude a partir de uma perspectiva baseada no racismo, isto é, entendida como uma forma bastante específica de naturalização do mundo social, ao se considerar que ser portador de uma identidade regional obriga o sujeito a reagir a diferentes condições climáticas ou sociais que seriam previsíveis à sua identidade social, desconsiderando, nesse processo, histórias de vida individuais e coletivas.

Nesse sentido, o apontamento de Guimarães lança um novo olhar à compreensão da sociedade brasileira, e em especial, neste estudo, da espírito-santense, ao revelar a construção de um imaginário nacionalista resultante da onda imigratória europeia no final do século XIX, incentivada por uma política oficial de embranquecimento, de modo que a elite ou a classe média promoveram a dinâmica de absorção dessas comunidades étnicas estrangeiras e a redefinição dos demais, sobretudo dos trabalhadores e

do que o autor denomina “ralé”, “marcadamente mestiça, como ‘baianos’, ‘paraíba’, ou ‘nordestinos” (GUIMARÃES, 2012, p. 58), alvos, como salienta, de um novo racismo no Brasil. Vale-se, para a análise pretendida, de um diagnóstico realizado em 2007, por meio de pesquisa de campo no município de Serra e atualizado em 2012, ocasião em que não foram encontrados desvios no padrão apresentado às respostas então obtidas. Nesse diagnóstico, adotou-se, à época, uma metodologia plural e diversa⁴.

Ao longo da pesquisa, realizada em quatro diferentes bairros do município – Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Nova Alterosa e Nova Zelândia –, apuraram-se diferentes discursos articulados tanto por residentes quanto por atores públicos. A principal diferença estabelecida no discurso era com relação ao perfil da população desses bairros, sobretudo os residentes no primeiro. Nessa direção, a fim de evitar distorções que prejudicassem a análise, decidiu-se pela formação de grupos de discussão. Ao mesmo tempo, os pesquisadores, por meio do método indiciário⁵, buscavam observar e registrar os sinais, as pistas, os detalhes aparentemente não significativos, não ditos, não explicitados nas pesquisas realizadas em campo, tendo como base entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas em profundidade demonstraram uma representação simbólica do espaço geográfico expressando os conflitos e as estruturas de poder informais entre os moradores dos bairros. Trata-se de uma representação também presente no sentimento dos operadores e gestores públicos, revelando uma dificuldade de se situarem, a depender do ponto estruturador no qual esses agentes públicos se encontram hierarquizados na organização⁶.

Essa representação simbólica constitui uma divisão acentuada entre os moradores considerados “estabelecidos” e os “estrangeiros/outsideiros”, configurada entre os de dentro e os de fora, do centro para a periferia de Feu Rosa, repartindo-o em zonas, o que gera, por sua vez, um apartamento entre os próprios moradores. Configura-se, assim, uma geografia de significados, aqui considerada referenciada em uma violência criminalizada, e que, nesse sentido, se oferece como justificativa para apresentar os resultados exclusivamente desse bairro.

4 Entrevistas em profundidade, mapa georreferencial, grupo focal, observação participante, pesquisa em jornais, história oral e indiciário. Ao todo, foram sete meses de pesquisa, que envolveram técnicas de Pesquisa Participante e de Mobilização Participativa. O meio de realização dessa pesquisa contou com entrevistas com moradores dos bairros, grupo focal, reuniões com o prefeito, secretários e demais representantes do poder público, lideranças e formadores de opinião. Os atores públicos foram contatados em função de seu papel e atuação dentro das comunidades, e em função de sua visão exógena da comunidade.

5 Persegue-se aqui a perspectiva de Carlo Ginzburg (1989), a qual entende o indício como procedimento ou princípio construtivo no qual, ao se ter definido o campo onde se realiza a investigação, ou território, o pesquisador deve buscar os indícios de um padrão que reúna as informações em uma interpretação. Desse modo, o significado deve ser apreendido no contexto teórico sustentado pela urdidura dos fios.

6 É importante registrar que, independentemente do “lugar” da fala dos entrevistados, a maioria destacou os “baianos” como elemento desagregador e violento. Observa-se, também, que, no roteiro da entrevista, não constava nenhuma referência a esse grupamento de migrantes. A pergunta cuja resposta indicou esse indício foi: você considera Serra um lugar violento? A que você atribui essa violência?

Avaliou-se que essa clivagem tem como fulcro tanto o discurso produzido pelos representantes das instituições públicas quanto aquele reproduzido pelos moradores com relação à presença de grande número de *outsiders* ali residentes. Em consequência, são eles responsabilizados pelo caos no município, no que se refere às questões de habitação, emprego, saúde, educação, violência, entre outras.

Porém, para o poder público, esse *outsider* tem cara: é o “baiano” – metáfora utilizada para designar quem é de fora ou qualificação estigmatizada dos nordestinos em geral –, todavia, para a população, esse *outsider* não tem uma face definida, conforme se verifica em três depoimentos a seguir, dois de representantes do poder público e um de um morador:

Agora, o interessante seria justamente levantar o problema do homicídio. Talvez se vocês levantassem talvez o crime contra o patrimônio, vocês iriam ver que um volume muito grande de pessoas de fora estão envolvidas nos crimes contra o patrimônio. Essas pessoas que vieram de fora pra cá, eles não somente permaneceram aqui como trouxeram os parentes (...) Eu tenho casos de pessoas que moram aqui em Vitória, que são baianos e moram aqui, e que se juntaram ao restante da família de lá e fazem até comboio de carro roubado daqui pra Bahia. Eu cheguei a recuperar dois carros, de dois secretários de estado de Segurança Pública, na Bahia, levados por pessoas baianas... (...) Essa mão de obra veio de Minas, mas um volume muito maior veio da Bahia. (representante da polícia)

Um problema hoje que a gente vivencia aqui no nosso município – e aí como bem colocado por você, a questão do homicídio –, hoje a gente vive uma guerra interna, exatamente em função de um aumento quantitativo de imigrantes, que todos os dias vêm pra Serra, justamente em função do crescimento. (representante do poder público)

Feu Rosa tinha a característica de ser um conjunto habitacional, (...) então a marginalidade começou com a chegada da ocupação do bairro. Se matava muito. Tinha os matadores, que hoje na maioria só tem um ou dois que estão vivos, mas o resto, que cometeram vários assassinatos, já foram assassinados. Tem nomes famosos de matadores aqui que não foram mortos aqui. Mas foram mortos aí no interior do Espírito Santo. (morador de Feu Rosa)

Nos depoimentos, afiguram-se as diferenças de representação entre os moradores e o poder público, com este reforçando, inclusive, que é o migrante da Bahia – apesar de ser citado o de Minas Gerais – o homicida ou bandido. Desse modo, o poder público alimenta, em seu próprio seio e junto à população, um discurso de transferência de responsabilidade acerca da ineficiência e consequente ausência de eficácia das ações socioeconômicas passíveis de minorar ou solucionar tais problemas.

Há de se observar que essa problemática tem como uma das causas a migração de mão de obra sazonal, promovida a partir da industrialização da Grande Vitória, via implementação das grandes plantas industriais nos anos de 1970. Por conseguinte, migração incentivada indiretamente pela ação do Estado:

Bastante, aqui é que tem migração de Minas, Bahia, Rio de Janeiro, interior do próprio Espírito Santo, aqui é assim... um lugar que acolhe muita gente de fora. (...) Acho que as duas coisas, especialmente a questão financeira, em busca de um trabalho melhor. Como as empresas daqui de grandes nomes são conhecidas lá fora, então as pessoas já criam uma expectativa de ingressar nas empresas para que possam... Então, assim, é bem grande o número de pessoas que vem com essas expectativas. (morador de Feu Rosa)

Agrava essa problemática a fundação do bairro Feu Rosa, que já nasceu sob a marca da segregação. Para ele foram deslocados, nos anos de 1980, pela Companhia de Habitação do Espírito Santo (Cohab), centenas de desabrigados do Morro do Macaco – localizado na capital – devido a uma catástrofe ambiental. O argumento era que tal decisão possibilitaria preservar a comunidade de origem, mantendo as pessoas juntas. Destaca-se que o bairro foi construído para abrigar a mão de obra operária para as indústrias instaladas na região: Arcelor Mittal – à época Companhia Siderúrgica Tubarão – e Companhia Vale do Rio Doce.

Contudo, o projeto habitacional não atendeu ao propósito para o qual foi pensado e por motivos variados: o custo do financiamento era alto para a população alvo do projeto – caracterizada por baixa renda; não havia infraestrutura básica nem lega-

lização dos contratos quando foi autorizada a sua posse; muitos invadiram e ocuparam o loteamento sem controle por parte da Cohab e com consentimento do governo local. Além disso, os moradores, despossuídos de infraestrutura básica que deveria ser ofertada pelo Estado, distantes do centro urbano, desqualificados para o trabalho nas empresas ali sediadas, ficaram entregues à própria sorte, como se verifica no depoimento abaixo:

Era criança quando eu vim pra cá, vim pra cá foi em 85... Quando nós mudamos pra cá, muitas casas não estavam prontas ainda... Não tinha colégio aqui, só tinha um ônibus no horário de meio dia. Muitas vezes eu vim a pé do colégio [situado no bairro José de Anchieta] de lá pra cá... Tinha ladrão, tinha muito ladrão aqui, mas escondido; era ladrão do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, de Minas Gerais, eles viviam por aí, vinham aqui, pediam comida, pediam café... Aí, a Cohab veio aí, prometeu mundos e fundos e tirou o pessoal daí, mas não deu casa pra ninguém. Aí o pessoal revoltou, pegou e invadiu de novo. Tudo invasão antes da Cohab fazer as casas. Aí, depois teve aquele negócio do Morro do Macaco, aí eles não sabiam nem aonde que iriam colocar as pessoas, aí começaram a colocar o pessoal aí... E esse povo veio. A maioria era gente boa... Eles moravam naquelas barracas de lona, a maioria acho que veio da Bahia... É, Bahia e Minas, mas eu acho que era mais da Bahia... (moradora de Feu Rosa)

Na configuração espaço-temporal imaginariamente constituída pela população e atores públicos, o espaço (território) segregado – localizado na entrada de Feu Rosa – está reservado aos moradores do Morro do Macaco. Acrescenta-se ainda o fato de que a origem dos moradores é comumente associada às práticas ilegais de roubo e apropriação ilegal dos bens patrimoniais, reforçada por matérias publicadas na mídia no período. Por exemplo, reprodução de matéria publicada no jornal *A Gazeta*, de 29 de abril de 1986, mostra relatos de moradores que expressam um olhar peculiar, estabelecendo uma forte ligação entre pobreza, exclusão social e a criminalidade:

Na Serra, conjuntos foram invadidos ou destruídos

Caótica. Esta é a situação de alguns conjuntos habitacionais financiados pela Cohab-ES. Na grande Vitória, os maiores problemas estão nos conjuntos Pedro Feu Rosa e André Carloni, na Serra, e Marellio Noronha e Cristo Rei, em Cariacica, onde a maioria das unidades foi invadida, destruída ou abandonada.

O conjunto Pedro Feu Rosa, na Serra, serve bem de exemplo para mostrar como foi utilizado o dinheiro do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador brasileiro. São 3700 casas entregues ao completo abandono. Depois de retirar portas, janelas, tanques, caixas d'água, redes elétricas e hidráulicas, as pessoas estão se arriscando mais um pouco e carregando o lixo, feito com folhas de aminhamento.

O mato tomou conta dos quintais, é difícil saber onde estavam colocadas as janelas. Nas ruas, o retrato do abandono a que está relegado o conjunto. Desertas elas demonstram apenas a passagem da destruição. A rede de água está praticamente inutilizada. Não é difícil encontrar um cano derramando água pelas ruas.

Os relógios de medição foram arrancados, bem como os de marcação de energia elétrica. A iluminação pública funciona até demais: As luzes ficam acesas mes-

mo durante o dia. Nas ruas, os buracos-escavações de obras não terminadas também demonstram descaço das empreiteiras.

Os poucos moradores encontrados, da região onde estão as casas mais conservadas, onde é menor a destruição, são novos no conjunto. Chegaram há pouco tempo e não têm muito do que reclamar. Cesário Rosa Pereira, 33 anos, casado, três filhos, mudou-se para lá no dia 2 de abril. Pagou a primeira prestação, R\$ 186,00, e 10 dias depois perdeu o emprego.

Mesmo assim, Cesário acredita que logo vai encontrar nova vaga, mas reclama da falta de comércio onde possa fazer as compras, e da quantidade de mosquitos, principalmente no cair da tarde e à noite. Estas também são as queixas de Valdete Paixão Souza, 33 anos, que aponta uma lagoa de água parada como a causa do aparecimento dos mosquitos.

Valdete é casada, tem cinco filhos e mora há aproximadamente dois meses no conjunto. Segundo ela, sua casa está muito boa, bem diferente de quando lá chegou. Já Angelita Campos, 25 anos, que mora em frente à casa de Valdete, foi para o conjunto Pedro Feu Rosa há cerca de 15 dias. Ela criticou a Cohab-ES por haver lhe entregue a casa sem as mínimas condições de moradia.

Nessa direção, o discurso produzido pela mídia sobre Feui Rosa, na percepção dos moradores – e é indispensável que se tenha claro que o discurso é o principal produto da mídia e o resultado final de seu funcionamento – é apresentado sempre acabado, sem intermitências, sem vazios, mantendo-se sempre nas funções referencial e fática de contato com o público (RODRIGUES, 2002). Contudo, há modalidades de silêncio no funcionamento do discurso midiático e uma das fundamentais é a ausência do público, embora, segundo Rodrigues, preserve a este presente, fixando-o como uma autêntica instância de interlocução:

Ao contrário do que as teorias clássicas da comunicação pressupõem, o silêncio do público não é simples ausência passiva de palavra; é um processo ativo e específico de elaboração do sentido, o processo de escuta. Apesar de silencioso, o público está presente na cadeia de elaboração do discurso, e é este silencioso processo de escuta que o discurso da mídia recebe o seu princípio, o seu alimento, a sua razão de ser, o seu sentido (RODRIGUES, 2002, p. 218).

Verifica-se, portanto, que o olhar do representante do poder público, associado ao discurso impresso na mídia, além do preconceito explícito, representa um desafio para a construção de uma identidade coletiva e de um sentimento de pertença para os moradores do bairro. Ao que parece, a condição de “viver no bairro” demarca as características de apropriação indevida, roubo ao patrimônio, promiscuidade etc.

E, por fim, demarca também a fronteira entre os “homens de bem” – estabelecidos – e “os outros” – *outsiders* –, segundo a perspectiva de Elias. Por outro lado, antropológicamente falando, o mito de origem ou o mito fundador estudado é constituído por uma imagem deteriorada. Nos depoimentos abaixo, expressa-se esse sentimento:

Eles [*mídia*] falam que a Serra é o bairro que tem mais violência, mas eu já falei anteriormente, a estatística é o seguinte: ela mente, porque todo o setor que você vai aí tem violência, mas a Serra eles põem em primeiro plano: “Ah, a Serra é o bairro mais violento”. Mas não é assim. É porque lá não divulgam. Aqui, como eu disse anteriormente, as coisas acontecem é na Serra, é no Feu Rosa, é na Vila Nova de Colares, quer dizer, então fica difícil, mas a Serra é um bairro tranquilo. Eu moro aqui há 21 anos, não é como eles dizem: “Feu Rosa mata todo dia”. Não, não é assim, não. Eu até acho que é um cunho político isso aí, briga política, o bairro violento, município violento, as autoridades não tomam providência, não? Então fica aquela imagem assim: só a Serra que tem esse índice de sequestro, homicídio, estupro. E por que os outros não? É porque os outros não divulgam... Ó: Ilha do Boi [*bairro de Vitória*] mata, tudo acontece de ruim lá dentro, mas você não vê, é muito difícil dos jornais, da imprensa falar. Agora, Feu Rosa, Serra, de um modo geral... Por exemplo, Goiabeiras [*bairro de Vitória*], eu tenho parente que mora em Goiabeiras, minha cunhada... Acontecem muitas coisas, acontecem muitas coisas, mas é muito difícil você ver... (morador de Feu Rosa)

Dizem aí: “Ah, mas o Feu Rosa é um bairro violento”, não, em todo lugar tem violência, Ilha do Boi tem violência, Ilha do Frade tem violência, Jardim Camburi, Jardim da Penha, Praia do Canto tem violência, só que não divulgam lá, não divulgam, não sei por que, mas não divulgam. Na Serra eles dizem que é o bairro mais violento, mas eu discordo, eu discordo porque eu moro aqui já há 21 anos, e como eu já falei anteriormente e se você for olhar lá, é pior do que aqui, só que não divulgam. (morador de Feu Rosa)

Uma foi a depredação de ônibus. Eu lembro que os ônibus, logo que viemos pra cá, eu digo os ex-moradores de Tabuazeiro... Aí, a imprensa começou a divulgar, e aí Feu Rosa se tornou conhecido; se dizia assim: “Os flagelados de Tabuazeiro estão em Feu Rosa”, “os flagelados de Tabuazeiro estão no bairro de Feu Rosa”..., o cidadão lá na televisão fala assim, o presidente, o político: “Ah, que lá no bairro assim, é muito violento e tal e tal”, mas eles dificultam... A *Gazeta* veio aqui, fez um monte de matéria aqui e blá... blá... blá..., aí de tanto eles questionarem sobre isso daqui eles falaram que iam fazer um asfalto subindo de lá. Até hoje, rapaz, nem isso eles fizeram! (morador de Feu Rosa)

Conforme demonstram os depoimentos acima, fundamentados em entrevistas em profundidade, há, no bairro, uma representação do espaço geográfico referenciada por parte da população, da mídia e de representantes do poder público. Nessa representação estão expressados os conflitos e as estruturas de poder informal entre os moradores do bairro, assim como também se faz presente o sentimento dos operadores e gestores públicos. Isso nos leva a considerar que a imagem constituída e o desinteresse do poder público, tanto durante o processo de ocupação como posteriormente, criaram identidades deterioradas e estigmatizadas para os moradores da região estudada em particular.

Confere-se também, na fala dos moradores, o deslocamento da questão da violência criminal para os fatores exógenos concentrados sempre na figura do “baiano”. A exemplo: “baiano que vem de fora é preguiçoso”, “nordestino é violento”. Esse cenário de discriminação só se acentua, até porque a RMGV continua atraindo milhares de migrantes vindos do interior do Espírito Santo, da Zona da Mata Mineira, do Norte do Rio de Janeiro e Sul da Bahia. E, além disso, grande parte desse contingente, não conseguindo emprego, atuará no mercado informal – sempre no limite da ilegalidade (GUIMARÃES, 2012; CALDEIRA, 2003).

Essa relação é implícita, simbólica e dialética. Marcadamente preconceituosa e conflituosa, ela se estabelece em termos de origem social e da organização do espaço social, uma vez que o migrante que não é considerado “bem vindo”, e metaforicamente categorizado de “baiano”, implica em questões de grande com-

plexidade e diretamente relacionadas à alteridade e ao modo como a sociedade se pensa e pensa o outro, ou seja, sobre como constrói e representa o mundo e como compartilha essa representação; e sobre como esse discurso vai trazer à tona o senso comum ou o questionar para promover sua mudança.

Nesse sentido, avalia-se que o discurso do poder público reproduzido e alimentado pela mídia apresenta-se como campo legitimador da percepção, do sentimento coletivo e dos mitos edificadas. Vai, assim, atuar na ordenação do campo simbólico configurador das representações, no qual normas de condutas, valores e comportamentos são institucionalizadas, bem como ordenará o campo da produção de práticas que se estabelecem na esfera pública local acerca de indivíduos, grupos ou comunidades. Como consequência, contribui para o desenvolvimento de um imaginário que poderá alimentar o sentido social da metáfora do “baiano”, produzido e ressignificado junto à mídia e disseminado junto à população do estado, superando, assim as fronteiras do próprio município.

Soposa-se, dessa forma, que os relatos concebidos sobre os migrantes são permeados pela discriminação negativa e revelam um sintoma de instrumentalização da alteridade, constituída para excluir (CASTELS, 2008), e que espreita os valores e sentimentos dos representantes do poder público do Estado, responsáveis por manter uma política de inclusão social, mas que, diferentemente, produzem terreno fértil na produção do sentido de quem é “estabelecido” e de quem é “estrangeiro/outsider” junto à população. Esta, por sua vez, por mais que estabeleça distinções entre si, divide igualmente o desolado território de abandono por parte do poder público. O discurso discriminatório prevalece e encontra ressonância na pauta jornalística.

Para Verón (1998), toda produção de sentido social é discursiva. É, por conseguinte, no discurso que o sentido revela suas orientações sociais e que os fenômenos resultantes desse processo potencializam sua dimensão significativa.

Considerações finais: afinal, quem são esses migrantes? O que querem?

Provavelmente, desejam construir um futuro melhor para eles próprios e para os seus, tal como imaginaram e conquistaram outros milhares de migrantes, que percorrem trajetórias similares nos diversos espaços e topografias que abrigaram e abrigam a persistente aventura da mobilidade do ser humano pelo planeta. Imagens abstratas de esperança muitas vezes consolidadas no contraditório fluxo de informações e de absorção desses indivíduos à paisagem do mosaico de sonhos locais.

Nessa fronteira, onde se encontra o cerne da atividade simbólica, utilizada para dar um sentido ao mundo e o tornar habitável, situam-se, entrincheirados, inúmeros “nós” e “outros”, como se configura nos depoimentos de moradores e representantes do poder público arrolados nesta análise. Pessoas vindas de outros bairros ou cidades do estado são consideradas dessemelhantes daquelas já estabelecidas; assim como migrantes recém-chegados de estados diversos da federação.

Segundo a história sociopolítica fundadora dessas fronteiras, são elas a prover a sustentação de um imaginário sobre o *outro*, o estranho, o estrangeiro. Esse imaginário é, na atualidade, amparado em uma ideologia do mercado liberal do espaço – no qual a fluidez das tecnologias de comunicação parece ter suprimido os obstáculos relacionados ao território, à territorialidade e ao tempo. Isso porque as cidades concentram cada vez mais os efeitos produzidos por um duplo movimento: por um lado, nas grandes áreas urbanas se concentram as funções mais avançadas do capitalismo; por outro, as cidades tornam-se objeto de novos e intensos fluxos de população e de uma profunda redistribuição de renda, que acomodam sobrecamadas de efeitos, com bairros centrais valorizados, recebendo investimentos, e outras áreas corroídas pela degradação e se tornando marginalizadas. Tal como se averiguou nos bairros de Feu Rosa e Vila Nova de Colares, no município de Serra.

Nesse ponto de vista, o indício que identificamos nas entrevistas, representado pela metáfora do “baiano”, constituirá um traço daquilo que faz laço, conflito/tensão, separação e sutura entre a história individual e a história da cultura; indício que, no caso específico deste estudo, apresenta-se no que se considera um sentimento de estranhamento em relação aos migrantes nordestinos assentados no município.

Nessa direção, o espaço social se retraduz no espaço físico e, nele, tempo e história se entrecruzam. De modo tal que migrantes produzem e reproduzem uma história individual e coletiva e a promovem na tecedura de seus cotidianos, nas urdiduras sociais, culturais, políticas, psíquicas e econômicas. Tais tramas, manifestadas nas representações, nas interações entre os indivíduos, nas relações simbólicas e de prestígio, nas narrativas, no imaginário e nas transformações materiais, reproduzem a relação desses homens e mulheres – ou estabelecidos e estrangeiros – com o lugar em que vivem e convivem e no qual experimentam a diferença.

A partir dessa interpretação podemos perceber como as relações sociais no bairro Feu Rosa são complexas e engendram muita violência. Nesse sentido, é preciso empreender um exercício arqueológico com vistas a compreender esse imaginário e a construção da subjetividade e das identidades dos grupos, analisada a partir da perspectiva do sujeito histórico. E, com base nesse exercício, remover e refletir sobre cada uma dessas camadas sobrepostas no processo de experimentação e produção de sentido cotidiano dos envolvidos.

Finalizando, entendemos que a metáfora do “baiano” condensa e desloca um discurso político, um conflito subjetivo e social. Por um lado, ela remete à questão econômica e à demanda por mão de obra barata e pouco qualificada. Por outro, produz um efeito de desarticulação ao estigmatizar esse grupo, legitimando seu alijamento do processo social que o submete e naturalizando o significado simbólico da metáfora, o que estimula o reforço de medidas políticas de caráter conservador e autoritário, impulsionando o atual processo de modernização conservadora por que passa o Espírito Santo.

Dessa maneira, o que se propõe não é discutir o lugar geográfico de onde vem o migrante, o estrangeiro, o “baiano”, mas o lugar imaginário de onde esse “outro” é referenciado, e como essa referência é legitimada. Por isso, podemos considerar que a metáfora do baiano é um sintoma. Ela condensa e ao mesmo tempo desloca o “lugar” das emoções e sentimentos contraditórios em relação ao estrangeiro; ou seja, ódio, medo, raiva, ameaça em relação ao desconhecido, aquilo que eu não conheço, e, por conseguinte, que não domino; e se não domino, não legítimo sua inclusão na ordem social. A metáfora em análise é, portanto, um índice da ordem sociopolítica; e, em consequência, ditado pela subjetividade de quem se considera fazer parte da “boa sociedade”.

Por outro lado, quem não compartilha desse sentimento é representado como um estranho, estrangeiro, *outsider*, aquele que não é bem-vindo, sobre quem se pode usar de artimanhas diversas para imputar uma gama de adjetivos implicando em sentimentos de discriminação e não operados na lógica do racional.

O importante a destacar é que o “baiano”, assim como o morador local, são vítimas de um mesmo descaso, um abandono produtor de estigmas autoalimentados pela péssima condição de vida a que foram e estão confinados. Essa condição proporciona a construção de um processo de criminalização que reforça estereótipos, aciona ódios recíprocos e tece uma teia de significados que possibilitam a sujeição criminal. Considerar esses processos é imprescindível para uma pauta política visando a políticas sociais efetivas na área da segurança pública.

Referências

- AUGÈ, Marc. (2010), Por uma antropologia da mobilidade. Maceió, Edufal/Editora Unesp.
- BAENINGER, Rosana. (2008), “Rotatividade migratória: Um novo olhar para as migrações no século XXI”. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais: As Desigualdades Socio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil. Caxambu, Minas Gerais, pp. 1-22. Disponível (on-line) em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf
- BECKER, Bertha K. (1970), O Norte do Espírito Santo: Região periférica em integração. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2003), Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, 34.
- CASTELS, Robert. (2008), A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones? Petrópolis, Vozes.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982), A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DADALTO, Maria Cristina. (2007), “Os rastros da diversidade da identidade capixaba”. Revista Sinais, Vol. 1, nº 1 (edição especial de lançamento), pp. 57-74. Disponível (on-line) em: http://lhrpi.ufes.br/sites/lhrpi.ufes.br/files/01_05_maria.pdf
- ELIAS, Norbert. (2000), Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FARIA, Vilmar E. (1991), “Cinquenta anos de urbanização no Brasil: Tendências e perspectivas”. Novos Estudos Cebrap, nº 29, pp. 98-119.

- FORTUNATO, Daniëlle de Oliveira Bresciani. (2011), “Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos”. *Dimensões*, Vol. 27, pp. 40-62. Disponível (on-line) em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/data/uploads/D27_03_DanielleDe-OliveiraBrescianiFortunato.pdf
- GINZBURG, Carlo. (1989), *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2012), *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo, 34.
- IJSN (2011). *Demografia: Indicadores socioeconômicos do Espírito Santo – PNAD 2009 (Nota técnica 21)*, Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Disponível (on-line) em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf
- JUSTO, Wellington Ribeiro [e] SILVEIRA NETO, Raul da Mota. “O que determina a migração interestadual no Brasil? Um modelo espacial para o período 1980-2000”. *Revista Econômica do Nordeste*, Vol. 39, nº 4, pp. 428-447. Disponível (on-line) em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1105
- MISSE, Michel. (2011), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. (2002), “Delimitação, natureza e função do discurso midiático”. Em: MOUILLAUD, Maurice [e] PORTO, Sérgio Dayrell (orgs). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília, Editora UnB, pp. 217-234.
- RODRIGUES, Márcia de Barros Ferreira [e] CRUZ, Deivison Souza (coords). (2007), *Plano de segurança local: Diagnóstico histórico-sociológico (relatório técnico)*. Vitória, NEI-Ufes/Secretaria de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Serra (ES). Disponível (on-line) em: http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PSL_Feu%20Rosa%20e%20V.N.Colares_Diagnostico.pdf

VILLASCHI, Arlindo. (2012), “Urbanização acelerada da Grande Vitória: Em busca de uma agenda contemporânea”. Blog Economia Capixaba. Vitória, Grupo de Pesquisa em Inovação e Desenvolvimento Capixaba (GPIDECA). Disponível (on-line) em: <http://economiecapixaba.wordpress.com/2012/02/27/urbanizacao-acelerada-da-grande-vitoria-em-busca-de-uma-agenda-contemporanea/>

VERÓN, Eliseo. (1998), *La semiosis social*. Barcelona, Gedisa.

RESUMEN: El artículo **Migración y violencia: El 'baiano' en la construcción del sujeto criminal en la RMGV de Espírito Santo** discute, a partir del proceso de industrialización ocurrido en Espírito Santo, la constitución de la metáfora del baiano, tomada como evidencia de violencia criminalizada del extranjero en la sociedad capixaba, especialmente entre los inmigrantes del noreste. Se propone este estudio específico sobre los inmigrantes que viven en la Región Metropolitana de la Gran Victoria (RMGV). En este sentido, la problemática presentada considera que las cuestiones de identidad asociadas a este grupo componen una geografía de significados como referencia en esta ciudad y materializada en la metáfora. Por lo tanto, investigo las cuestiones relacionadas con la construcción social del delito y del sometimiento criminal de un imaginario geográfico dividido entre “bueno” y “malo” migrante.

Palabras clave: violencia criminalizada, baianos, extranjero, migrantes, sujeción criminal

MARIA CRISTINA DADALTO (mcdadalto@gmail.com) é professora dos programas de pós-graduação em História (PPGHIS) e em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Brasil) e é pesquisadora do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI) e do Laboratório de História das Relações Políticas Institucionais (LHRPI) da Ufes. Tem doutorado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj, Brasil), mestrado em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil) e graduação em comunicação social pela Ufes.

MÁRCIA BARROS FERREIRA RODRIGUES (mbfrodrigues@gmail.com) é professora do PPGHIS e do PPCS da Ufes, coordenadora do NEI e pesquisadora do LHRPI da Ufes. Tem doutorado em história social pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e graduação em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil).